CORPOS (IN)VISÍVEIS: À QUESTÃO ÉTNICO-RACIAL NO ESPORTE PARALÍMPICO

(IN)VISIBLE BODIES: THE ETHNO-RACIAL ISSUE IN PARALYMPIC SPORT

Guilherme Carvalho Vieira
https://orcid.org/0000-0001-7949-4530
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre–RS, Brasil
guilherme.vieiraufrgs@gmail.com

Luana Paré Costa
https://orcid.org/0000-0001-9680-2697
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre–RS, Brasil
luana-pare@hotmail.com

Janice Zarpellon Mazo
https://orcid.org/0000-0002-8215-0058
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Porto Alegre–RS, Brasil
janice.mazo@ufrgs.br

Resumo. O objetivo central desta pesquisa é analisar a representação imagética e discursiva de atletas negras paralímpicas no perfil oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no Instagram, com foco entre os anos de 2016 e 2019. O estudo é motivado pela lacuna nas pesquisas socioculturais que abordam a interseccionalidade de raça, gênero e deficiência no paradesporto, um campo permeado por relações de poder que refletem o racismo estrutural. A metodologia empregada consistiu na análise crítica das imagens e do discurso sobre atletas negras veiculados no perfil do Instagram do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB). Os resultados indicam que, apesar do impulso no desenvolvimento do paradesporto após a institucionalização do CPB em 1995, a representação de atletas negras é marcada pela omissão sistêmica da questão racial. Esta prática se manifesta na subordinação de suas identidades a narrativas universalizantes de superação, alinhadas à lógica da branquitude. A análise conceitual, utilizando as teorias de Imagens de Controle e a Lógica do Curral, demonstrou que o silêncio institucional perpetua estereótipos e restringe a visibilidade de atletas, configurando um regime de controle e exclusão. Conclui-se que o racismo institucional se reproduz no CPB por meio da naturalização e da omissão em debater a racialidade, sendo urgente que futuras políticas e pesquisas confrontem ativamente essa violência para garantir a plena inclusão e o protagonismo dos corpos negros no paradesporto brasileiro.

Palavras-chave: Corpo; Racismo; Paradesporto; Mulheres; Atletas negras; História do Esporte.

Abstract. The central objective of this research is to analyze the imagery and discursive representation of Black female paralympic athletes on the official Instagram profile of the Brazilian Paralympic Committee (CPB), focusing on the period between 2016 and 2019. The study is motivated by the gap in sociocultural research addressing the intersectionality of race, gender, and disability in parasports, a field permeated by power relations that reflect structural racism. The methodology employed consisted of a critical analysis of the images and discourse concerning Black female athletes published on the Brazilian Paralympic Committee (CPB) Instagram profile. The results indicate that, despite the boost in the development of parasports following the institutionalization of the CPB in 1995, the representation of Black female athletes is marked by a systemic omission of the racial issue. This practice manifests in the subordination of their identities to universalizing narratives of overcoming, aligned with the logic of whiteness. The conceptual analysis, utilizing the theories of Controlling Images and the Corral Logic, demonstrated that institutional silence perpetuates stereotypes and restricts the visibility of athletes, configuring a regime of control and exclusion. It is concluded that institutional racism is reproduced within the CPB through the naturalization and omission in debating raciality, making it urgent that future policies and research actively confront this violence to ensure the full inclusion and protagonism of Black bodies in Brazilian parasports.

Keywords: Body; Racism; Parasports; Women; Black female athletes; History of Sport.

1. INTRODUÇÃO

O esporte em sua complexidade, está imerso em disputas políticas, discursivas e identitárias. O campo do esporte paralímpico não constitui uma exceção, sendo permeado por questões que refletem as relações de poder mantidas pelos interesses, valores e estruturas de grupos sociais específicos. Analisar a entidade responsável por gerir o esporte paralímpico no Brasil, o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB), permite identificar representações culturais de identidades que ecoam dinâmicas sociais mais amplas (Costa, 2025; Vieira, Costa, Mazo, 2026).

A produção acadêmica recente acerca do esporte paralímpico brasileiro, tanto no contexto do alto rendimento quanto no âmbito escolar, tem enfatizado a relevância da Atividade Motora Adaptada e do Paradesporto sob perspectivas históricas e culturais. O estudo de Sanchotene e Mazo (2024), por exemplo, recorre à metodologia da História Oral para examinar as trajetórias e os processos de inserção de mulheres treinadoras no esporte paralímpico de alto rendimento no Brasil, evidenciando que o ingresso na carreira é resultado de um conjunto multifacetado de fatores, entre os quais se destacam os estágios profissionais, a experiência prévia como atleta, as influências familiares e a condição de mulher com deficiência. De modo complementar, a investigação de Oliveira e Mazo (2024) trata de compreender o processo de inclusão de estudantes com deficiência nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul (JERGS), constatando que a participação efetiva e regulamentada somente se consolidou a partir de 2017, impulsionada pelo legado dos Jogos Paralímpicos do Rio de Janeiro de 2016.

A análise da produção científica sobre o paradesporto no Brasil enfoca, também, os aspectos institucionais e o desenvolvimento estrutural. Nesse sentido, o artigo de Valério, Araújo e Almeida (2024) emprega as categorias de Campo, Capital e *Habitus* cunhadas por Pierre Bourdieu para investigar o papel da institucionalização do CPB no desenvolvimento esportivo de alto rendimento. Por meio de entrevistas com atletas e dirigentes, os autores (2024) concluíram que o CPB se estabeleceu como um coordenador central, sistematizando um planejamento estratégico profissional ancorado em três eixos: governamental, diretivo e esportivo. Essa sistematização, focada em práticas organizacionais, financeiras, de infraestrutura e técnicas, impulsionou projetos e programas para a formação de atletas de alto rendimento (Vieira, Pereira, Mazo, 2024; Vieira, 2024; Marquioli *el. Al*, 2025).

Em consonância, Begossi e Mazo (2016) examinam o processo de institucionalização do esporte para pessoas com deficiência no Brasil, combinando análise da legislação federal e fontes orais obtidas por meio de entrevistas com atletas. Os resultados indicam que a consolidação inicial do esporte adaptado foi lenta, impactando as ações das entidades e o desempenho esportivo dos atletas. A fundação do CPB, em 1995, é destacada como um marco que centralizou as ações, resultando em avanços significativos e melhores resultados nos Jogos Paralímpicos a partir da segunda metade da década de 1990.

Em perspectiva mais específica, a revisão narrativa de Maia, Pereira e Mazo (2024) sobre o hipismo paraolímpico brasileiro aponta que a produção científica nacional sobre a temática se concentra em três assuntos principais: representações de atletas, relações com a equoterapia e papel desempenhado pelos militares. Em conjunto, esses estudos publicados reafirmam a importância das abordagens históricas no campo da Educação Física e da História do Esporte para a compreensão das dinâmicas de inclusão, das trajetórias de sujeitos históricos e das configurações culturais que estruturam o paradesporto no Brasil.

Embora a produção acadêmica sobre o esporte paralímpico tenha avançado nas últimas décadas, ainda se observa uma lacuna nos estudos de natureza sociocultural e histórica com enfoque dessa temática sob a ótica das relações raciais. A maior parte das pesquisas concentra-se em aspectos biomédicos, pedagógicos ou de desempenho esportivo, relegando a segundo plano as discussões sobre identidade, representações e desigualdades raciais no contexto do paradesporto. Compreender como questões de raça, gênero e deficiência se entrelaçam nas

trajetórias de atletas é fundamental para elucidar os processos de inclusão e exclusão presentes nesse campo examinando a presença e a invisibilidade de pessoas negras no movimento paralímpico brasileiro.

A compreensão do fenômeno racial exige a análise de três dimensões distintas que se manifestam de formas específicas no cotidiano social e esportivo. O racismo individualista surge de preconceitos e patologias psicológicas do sujeito, sendo combatido por meio da punição direta e educação moral, como ocorre na suspensão de atletas ou torcedores por injúrias específicas. Já o racismo institucional revela uma falha nas organizações e normas internas que excluem minorias, demandando reformas na gestão e nas políticas internas para corrigir cenários como a ausência de negros em cargos de diretoria. Por fim, o racismo estrutural é o mais profundo, pois decorre de processos históricos, econômicos e políticos que constituem a própria sociedade. E, sua superação exige uma transformação radical do sistema para sanar desigualdades sistêmicas, como a distribuição desigual de patrocínios e infraestrutura esportiva entre diferentes grupos raciais (Peres et al., 2022; Almeida, 2005; Farias et al., 2020).

Diante disso o objetivo central desta pesquisa é analisar a representação imagética e discursiva de atletas negras paralímpicas no perfil oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) no Instagram, com foco entre os anos de 2016 e 2019. Os objetivos específicos são: a) Decifrar as narrativas e padrões culturais veiculadas no Instagram do CPB; b) Identificar que imagens o CPB constrói acerca das atletas negras; c) Conhecer o processo de comunicação do Instagram do CPB sob a lente do racismo institucional e da interseccionalidade (raça, gênero e deficiência).

O estudo trata de mostrar que o uso massivo do discurso de "superação" despolitiza as trajetórias das atletas, tratando-as como "exceções" e, de tal modo ofusca barreiras estruturais e raciais. É necessário evidenciar os mecanismos de invisibilização e controle, além de demonstrar como a omissão e o silêncio do CPB em relação à racialidade atuam como ferramentas de exclusão. Frente a isso, o texto utiliza os conceitos de "Imagens de Controle" (Patricia Hill Collins) e a "Lógica do Curral" (Achille Mbembe) para explicar como estereótipos limitam a agência e o protagonismo dessas mulheres.

2. MÉTODOS

O presente estudo adota uma abordagem de pesquisa qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, fundamentada em uma perspectiva sócio-historica e cultural. O foco da investigação recai sobre a produção imagética e discursiva veiculada no perfil oficial do Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) na rede social Instagram (@ocpboficial). O levantamento macro inicial do corpus documental foi o período de 2012 a 2019, devido à consolidação do perfil do CPB na plataforma e ao encerramento com os Jogos Parapan-Americanos realizados no ano de 2019, em Lima, no Peru. No entanto, o recorte temporal privilegiado para fins do estudo compreende especificamente o período de **2016 a 2019**. Essa delimitação temporal justifica-se pelo fato de esse intervalo concentrar o maior adensamento de dados e o maior número de postagens elegíveis relacionadas às atletas paralímpicas com deficiência. Vale lembrar que nos anos seguintes, principalmente de 2020 e 2021, tivemos a pandemia de COVID-19.

Para a constituição do corpus final da pesquisa, realizou-se um mapeamento que contemplou a totalidade das publicações disponíveis no período demarcado, aplicando-se rigorosos critérios de inclusão e exclusão para o refinamento do material. Foram incluídas apenas as postagens que faziam referência direta às atletas mulheres, compostas por materiais híbridos contendo linguagem verbal e não verbal (imagens ou vídeos articulados a legendas e hashtags) que destacassem suas participações, treinamentos, conquistas ou homenagens. Por outro lado, foram excluídas as publicações referentes exclusivamente a atletas homens, conteúdos estritamente institucionais sem destaque a sujeitos (como comunicados gerais, campanhas amplas ou cartazes de eventos), republicações sem acréscimo de informações

relevantes e registros visuais nos quais não fosse possível identificar as atletas retratadas. Após a aplicação dessa triagem, o corpus final de análise ficou constituído por **21 publicações/imagens selecionadas**.

A caracterização e a seleção das atletas que compuseram o universo do estudo fundamentaram-se no procedimento metodológico de **heteroidentificação**. Por meio desse protocolo, o observador realiza a identificação dos sujeitos cujos traços fenotípicos e tonalidades de pele correspondam às categorias de cor ou raça preta ou parda que, segundo os parâmetros oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), equivalem à população negra. A argumentação analítica, portanto, estruturou-se a partir da leitura de corpos que são interpretados racialmente na esfera pública mediante signos culturais e marcas fenotípicas imediatas.

A fim de assegurar a confiabilidade e o rigor interpretativo do material visual e textual, os dados foram submetidos a uma triangulação técnica desenvolvida conjuntamente de forma intersubjetiva pela equipe de pesquisadores. O processo foi operacionalizado em duas vertentes complementares: a Análise Temática de Conteúdo para as legendas textuais e a Análise Documental e Visual para as imagens.

A análise das legendas foi embasada nas diretrizes de Flick (2009), compreendendo a leitura interpretativa e a codificação indutiva dos enunciados para o mapeamento dos termos e expressões de maior recorrência. O confronto dessas informações textuais permitiu reduzir o volume de dados e organizar o material em duas amplas categorias analíticas: 1) Atletas negras paralímpicas e a modalidade do atletismo; e 2) Atletas negras paralímpicas em modalidades distintas.

Paralelamente, a análise das imagens ancorou-se no referencial teórico-metodológico de Burke (2004), cujo protocolo foi estruturado em três etapas consecutivas: a pré-análise, voltada para a seleção e organização preliminar das fontes digitais; a exploração, na qual as imagens ganham o caráter de narrativa visual e são questionadas criticamente a partir de seus elementos simbólicos (expressões faciais, posturas corporais, enquadramentos, vestimentas e a presença de símbolos como pódios ou bandeiras); e o tratamento, etapa em que ocorre o cruzamento sistemático entre os achados visuais e as legendas textuais, mobilizando as categorias temáticas para desvelar os padrões de representação cultural, as ênfases e os silenciamentos institucionais ocultos na comunicação.

3. RESULTADOS

Neste tópico apresentamos os resultados da análise das informações e imagens obtidas no Instagram do CPB, as quais foram confrontadas com os pressupostos teóricos que guiaram o estudo.

3.1 Racismo institucional: reflexões conceituais sobre o tema

A distinção entre o racismo institucional e o crime de racismo é fundamental para a correta aplicação do direito e para o entendimento das dinâmicas sociológicas de opressão no Brasil. O crime de racismo, conforme tipificado na Lei nº 7.716/1989 e atualizado pela Lei nº 14.532/2023, refere-se a condutas específicas que atingem a coletividade ou impedem o exercício de direitos fundamentais, como o acesso a empregos, estabelecimentos ou cargos públicos, sendo um crime imprescritível e inafiançável focado na responsabilização penal de indivíduos ou grupos determinados (Almeida, 2023). Já o racismo institucional é uma modalidade organizacional de exclusão, muitas vezes sutil e de difícil enquadramento jurídico imediato, caracterizando-se pela omissão sistêmica de uma instituição em enfrentar a desigualdade racial interna ou em garantir que seus processos de comunicação, promoção e atendimento sejam equânimes (Caixeta, 2022). Enquanto, o crime de racismo demanda a prova

de uma ação discriminatória dolosa ou de uma ofensa direta à honra (como no caso da injúria racial, agora equiparada ao racismo), o racismo institucional manifesta-se na invisibilidade administrativa, na ausência de negros em posições de poder e na naturalização de padrões culturais da branquitude dentro de órgãos públicos ou empresas privadas, sem que haja necessariamente um "autor" individualizado para cada barreira interposta (Caixeta, 2022).

Conforme o autor Silva (2021), o conceito de "racismo institucional" foi definido em 1967 por Charles Hamilton e Stokely Carmichael, teóricos e ativistas do grupo norte-americano Black Panther. Essa definição possui grande relevância teórica, pois estabelece recortes analíticos que possibilitam uma operacionalização mais precisa do racismo. O racismo institucional pode ser notado tanto em instituições públicas quanto privadas, operando com a omissão, quando a não atuação também designa um posicionamento político e, por outro lado, com a ação, quando as instituições são as agentes diretas do racismo como, por exemplo, no encarceramento em massa da população negra.

As autoras Rodrigues e Araújo (2021), em seu estudo sobre a análise de matérias que circularam no jornal Extra em 2019 mostraram como esse veículo de mídia se apropriou de linguagens e imagens discursivas banalizando o racismo institucional testemunhando um arranjo racista. De acordo com as autoras (2021), por meio da linguagem e dos veículos midiáticos, o racismo institucional é construído, representado e ampliado nos espaços comunicativos e nos embates discursivos. Esse processo restringe o acesso, o espaço e as condições para que sujeitos de tonalidades de pele diferentes se expressem livremente, além de apropriar e apagar suas expressões culturais e identitárias.

Os mecanismos seletivos de privilegiamento e barreiras, por exemplo: linguagens, procedimentos, documentos necessários, distâncias, custos, etiquetas, atitudes, dentre outros, poderão ser interpostos sem qualquer controle ou constrangimento, dificultando ou impedindo a plena realização do direito e o atendimento às necessidades expressas (Werneck, 2013, p. 19). Assim, entende-se que as atletas negras paralímpicas não se encaixam, tão pouco são notadas como possibilidade numa lógica branca. Ainda, em ressonância com a discussão levantada pelas autoras (2021) acima referidas, quando os veículos de mídia deixam de abordar a racialização com a especificidade exigida pelo tema, consolidam-se os mecanismos de invisibilização e estereotipação, permitindo que a lógica do racismo se perpetue sem provocar uma reflexão crítica.

Borghi (2023), em sua tese de doutorado intitulada “Racismo e antirracismo online: uma análise de publicações antirracistas na rede social Instagram”, menciona autores que discutem a ideia de *colour blind* nas tecnologias digitais. O termo se refere à internet como um espaço no qual as pessoas não enxergam a cor umas das outras. No entanto, alerta Borghi (2023) que as autoras Jesse Daniels (2009, 2013), Heather Hensman Kettrey e Whitney Nicole Laster (2014), afirmam que a internet se tornou um terreno fértil para a exploração de mecanismos que minam os valores de igualdade racial.

As pessoas brancas, ao ocuparem posições de poder nos mais variados setores da organização social, alcançam recursos materiais e simbólicos e se beneficiam de tais privilégios em prejuízo de pessoas não-brancas, conforme Lia Vainer Schucman (2014) e Lourenço Cardoso (2011). Dito isso, é notável que a representação das atletas negras paralímpicas seja permeada pelo ponto de vista, interesses, valores e práticas discursivas da branquitude.



Figura 1. Publicação de 2016 (*Instagram* @ocpboficial)
Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Descrição da Figura 1: A imagem mostra uma publicação do perfil oficial do CPB no Instagram, datada do dia 3 de junho de 2016. À esquerda, está o pôster do documentário “Paratodos”, com o subtítulo “Superação é só o começo desta história”. O cartaz apresenta atletas paralímpicos brasileiros de diferentes modalidades, como corrida, natação e futebol de 5 (atualmente denominado futebol de cegos), posicionados em uma arena iluminada, transmitindo dinamismo e superação. À direita, vê-se a legenda da postagem, que registra: “Nosso poster e dois emojis um (com as mãos e formato de oração e outro com símbolo de ficha de filmagem) Espero meus amigos dia 21/6 nos cinemas!”, seguida de comentários de incentivo e celebração de outros perfis.

O slogan em destaque, "SUPERAÇÃO É SÓ O COMEÇO DESTA HISTÓRIA", é o ponto central da crítica. O texto-base já sinaliza que atletas negras com deficiência são frequentemente enquadradas em narrativas de superação, o que despolitiza suas trajetórias e as coloca no lugar de "exceções" ou "guerreiras". O CPB, ao endossar e replicar este slogan, institucionaliza a narrativa de que o paradesporto é, primordialmente, uma história de transcender limitações individuais, em vez de ser um campo de excelência esportiva e uma plataforma de luta por direitos e igualdade. O slogan desvia o foco das barreiras estruturais, como a falta de políticas públicas, a escassez de recursos e, crucialmente, o racismo e a desigualdade social. Ao dizer que a superação é "só o começo", sugere-se que o verdadeiro mérito reside no esforço individual, alinhando-se a uma lógica meritocrática que ignora as desvantagens impostas pelo racismo institucional. O pôster apresenta um grupo de atletas correndo sob uma luz dramática, com foco no atleta com próteses de lâmina no centro. Essa centralidade na deficiência física do atleta de corrida, sugere um viés de espetacularização comum em mídias de massa, tendendo a ofuscar outras modalidades e tipos de deficiência.



Figura 2. Publicação de 2017 (*Instagram* @ocpboficial).

Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do Comitê Paralímpico Brasileiro.

Descrição da Figura 2: A imagem mostra uma publicação do perfil oficial do CPB no Instagram, datada do dia 7 de setembro de 2017. Na imagem, atletas paralímpicos do Brasil desfilam durante a cerimônia de abertura dos Jogos Paralímpicos Rio 2016, no estádio do Maracanã, Rio de Janeiro, iluminado e lotado de espectadores. Em destaque, uma atleta negra sorri e carrega a bandeira do Brasil, enquanto outros atletas, alguns em cadeiras de rodas, acenam e desfilam com alegria. Todos vestem uniformes com blazer azul estampado e saias ou calças brancas. A legenda celebra o momento emocionante da abertura, relembrando a energia do público e o orgulho nacional.



Figura 3. Publicação de 2017 (*Instagram* @ocpboficial).
Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 3: A imagem mostra uma publicação do perfil oficial do CPB no Instagram, datada do dia 7 de julho de 2017. A foto em preto e branco apresenta uma mulher vestindo jaqueta esportiva do Brasil, com os braços erguidos e punhos cerrados em gesto de comemoração. Ela usa óculos escuros e sorri para a câmera. A legenda traz o depoimento da atleta Izabela Campos, que perdeu a visão aos 18 anos de idade em decorrência do sarampo e encontrou no atletismo uma nova paixão. O texto destaca sua conquista da medalha nos Jogos Paralímpicos Rio 2016 e sua preparação para o Mundial de Atletismo Paralímpico em Londres.

A representação imagética de Izabela Campos, conforme veiculada pelo CPB, pode ser analisada como um exemplo da priorização do discurso de superação no esporte paralímpico. A escolha estética, marcada pelo uso do preto e branco, e a descrição detalhada da condição de saúde e deficiência da atleta, embora objetivem celebrar o sucesso e o papel inspirador, estabelecem um foco narrativo que pode deslocar a atenção de outras dimensões identitárias relevantes.

Neste contexto, a pesquisa argumenta que a ênfase na narrativa da superação e a concomitante omissão discursiva da identidade racial da atleta constituem um mecanismo de invisibilização. Essa prática é interpretada como um sintoma da reprodução do racismo institucional no campo esportivo. A crítica central da análise reside no fato de que o discurso institucional, ao valorizar primariamente o resultado esportivo, negligencia o reconhecimento e a necessária discussão das experiências interseccionais e das desigualdades estruturais enfrentadas por atletas negras.

As publicações realizadas pelo CPB em seu perfil oficial do Instagram, representadas pelas Figura 1, 2 e 3, destacam três atletas do atletismo paralímpico: Terezinha Guilhermina, Shirlene Coelho, que na imagem aparece como porta-bandeira, e Izabela Campos. No complexo e contraditório processo de estabelecimento de relações na vida cotidiana, a perpetuação das desigualdades sociais é alimentada por um capitalismo que opera em consonância com a funcionalidade do racismo. Em nossa perspectiva, esse terceiro aspecto configura-se como um elemento crucial para o fortalecimento das estratégias de combate ao racismo no Brasil. Isso

ocorre à medida que se viabiliza uma inserção mais aprofundada e sistemática desse conceito nas políticas públicas e nas estratégias nacionais voltadas à redução das desigualdades raciais.

3.2 Racismo institucional: e a teoria de imagens de controle

De acordo com o "Informe MIR Monitoramento e avaliação nº 2 Edição Mulheres Negras" (2023), produzido pelo Ministério da Igualdade Racial (MIR), os dados revelam a persistência de indicadores que assinalam a maior vulnerabilidade socioeconômica da mulher negra, as quais consistentemente se situam na base da pirâmide social brasileira. O cenário demográfico, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD) de 2022, demonstra que a sociedade brasileira é majoritariamente composta por indivíduos negros (pretos e pardos), totalizando 119,75 milhões, o que representa 56% da população total. Dentro deste grupo, as mulheres negras configuram o maior contingente populacional do país, somando 60,6 milhões de indivíduos. Este grupo inclui 11,30 milhões de mulheres pretas e 49,3 milhões de mulheres pardas, que, juntas, correspondem a mais de 28% da população nacional. Tais cifras sublinham a relevância demográfica e a necessidade de atenção às disparidades que afetam este segmento da população (Brasil, 2023).



Figura 4. Participação de Mulheres Negras no Total da população (%) - Brasil, 2012 a 2022.

Fonte: Gráfico do *I*nforme MIR Monitoramento e avaliação nº 2 Edição Mulheres Negras (MIR), baseado em dados da PNAD. Nota: A categoria "cor ou raça" inclui autodeclarações indígenas, amarelas e sem declaração.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que não há uma experiência única de ser "mulher" e que as formas de opressão enfrentadas pelas mulheres não são as mesmas. As mulheres negras ocupam a base da pirâmide social, tanto no âmbito cultural quanto no econômico, sendo descritas como o Outro do Outro (Kilomba, 2019). Questionamos, então, o que a criação e a manutenção de imagens de controle de atletas negras paralímpicas dentro do Comitê Paralímpico Brasileiro podem informar sobre poder, a manutenção do racismo e sobre a própria representação das pessoas com deficiência.

Nesse âmbito, outra contribuição importante acerca dos conceitos de raça, racismo e seus desdobramentos, podem ser referenciadas com o autor Achille Mbembe (2018), que apresenta a lógica do curral:

Nesse contexto, os processos de racialização têm como objetivo marcar esses grupos populacionais, fixar o mais precisamente possível os limites em que podem circular, determinar o mais exatamente possível os espaços que podem ocupar, em suma, assegurar que a circulação se faça num sentido que se afaste quaisquer ameaças e garanta a segurança geral (Mbembe, 2018b, p. 74).

A partir desse dispositivo racial passamos a compreender a experiência do ser negro no mundo moderno sob a ótica do cerceamento, segregação, e por conseguinte, da exclusão e desumanização. Esses “currais” não seriam apenas lugares físicos, mas também, simbólicos e políticos. O curral é o espaço reservado ao trato de animais, segundo Mbembe (2018), metaforicamente, refere-se ao cerceamento do acesso igualitário à cidadania e à visibilidade pública. Trata-se de um espaço que delimita e vigia os corpos negros mantendo-os sob controle; privando-os de direitos, autonomia e do reconhecimento como sujeitos humanos.

No esporte paralímpico, o “curral” não está se referindo ao espaço físico, mas sim, a um regime de controle e exclusão provocado pelo racismo moderno. As atletas com deficiência, sobretudo, as atletas negras com deficiência encaram uma visibilidade restritiva, isto é, são enquadradas em narrativas de superação que as condicionam como exceções, afastando-as de um lugar de protagonismo político com agência e voz. Mais um elemento importante, diz respeito à evidente hierarquização dentro do sistema esportivo que enfatiza esportes praticados por corpos mais próximos à norma, brancos e masculinos. Essa análise nos convida a questionar as estruturas de poder que mantêm mulheres negras com deficiência confinadas à margem da representatividade, da autonomia e do protagonismo.



Figura 5. Publicação de 2017 (*Instagram* @ocpboficial).

Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 5: A imagem mostra uma publicação do perfil oficial do CPB no Instagram, datada do dia 5 de maio de 2017. Na fotografia, dois atletas paralímpicos sorriem e celebram juntos em uma pista de atletismo. À esquerda, uma mulher com uniforme verde do Brasil faz sinal de positivo; à direita, um homem com colete laranja e o logotipo “Rio 2016” sorri amplamente, com o braço em torno da companheira. Ambos vestem uniformes com a marca “Nissan”. A legenda destaca os momentos inesquecíveis da trajetória dos atletas e incentiva o público a perseguir seus sonhos com coragem, mencionando os perfis dos atletas e a hashtag #AliceEDiogoTomamConta.



Figura 6. Publicação de 2018 (*Instagram* @ocpboficial).

Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 6: A imagem mostra uma publicação do perfil oficial do CPB no Instagram, datada do dia 18 de março de 2018. A fotografia registra o desfile da delegação brasileira durante a cerimônia de encerramento dos Jogos Paralímpicos de Inverno de PyeongChang, Coréia do Sul, em 2018. Atletas com e sem deficiência, alguns em cadeiras de rodas, desfilam sorridentes sobre o gelo, vestindo uniformes brancos e azuis, e acenam com pequenas bandeiras do Brasil. Em destaque, uma atleta segura uma grande bandeira brasileira. Na parte superior da imagem, lê-se: “Cerimônia de Encerramento – Dia 18/3 às 8h (horário de Brasília)”. Na parte inferior, estão as hashtags #JogosParalímpicosDeInverno e #PyeongChang2018. A legenda convida o público a assistir à transmissão do evento no YouTube do canal ParalympicSportTV.



Figura 7. Publicação de 2018 (*Instagram* @ocpboficial).
Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 7: Fotografia tirada em uma área de neve durante os Jogos Paralímpicos de Inverno de 2018, em PyeongChang. A atleta brasileira Aline Rocha, vestindo uniforme branco com detalhes verdes e o número 36, está sentada em seu equipamento de esqui adaptado e concedeu entrevista a um repórter que segura um microfone. Ao fundo, é possível ver outras pessoas com roupas de frio e bandeiras do evento. A legenda da publicação destaca que Aline foi a primeira mulher brasileira a competir nos Jogos Paralímpicos de Inverno e menciona sua participação em outras provas.



Figura 8. Publicação de 2019 (*Instagram* @ocpboficial).

Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 8: Em um estúdio com fundo escuro, uma atleta brasileira posa sentada em sua cadeira de rodas esportiva. Ela veste uniforme azul com a palavra “Brasil” escrita em amarelo no top e calça preta. Com o braço direito erguido, segura uma lança acima da cabeça, projetando uma sombra forte na parede. A expressão é firme e concentrada, simbolizando força e determinação. A legenda da publicação anuncia a participação do atletismo brasileiro no Mundial de Atletismo Paralímpico, realizado em Dubai, nos Emirados Árabes.

A figura central é uma atleta paralímpica, identificada em pesquisas como a lançadora de dardo Raissa Machado (classe F56/F57, conforme notícias relacionadas ao evento de 2019), o que reforça o achado da pesquisa sobre a visibilidade de atletas negras no perfil do CPB. Ela está sentada em sua cadeira de rodas de competição, em pose dinâmica e forte, segurando o dardo em posição de arremesso. Sua expressão é de foco e determinação.



Figura 9. Publicação de 2019 (*Instagram* @ocpboficial).
Fonte: Captura de tela do perfil do *Instagram* do CPB.

Descrição da Figura 9: Em um estúdio com fundo cinza, uma atleta paralímpica posa sentada sobre uma pilha de anilhas pretas usadas em competições de halterofilismo. Ela veste uniforme verde e amarelo com a logomarca da Caixa Econômica Federal e o símbolo do CPB. A atleta segura um pequeno halter na mão direita, com expressão firme e confiante. A imagem transmite força, foco e determinação. A legenda da publicação destaca a dedicação dos atletas brasileiros que representam o país no Mundial de Halterofilismo, realizado em Nur-Sultan, no Cazaquistão.

As publicações realizadas pelo CPB em seu perfil oficial do Instagram, representadas pelas Figura 5, 6, 7, 8 e 9, destacam as atletas Alice Correa (atletismo), Aline Rocha (sky cross country - modalidade paralímpica de inverno), que em uma das imagens aparece como porta-bandeira, Raissa Machado (atletismo) e Tayana Medeiros (halterofilismo).

É imperativo, contudo, estabelecer um aprofundamento teórico para distinguir a mera visibilidade estética da representatividade política no âmbito das mídias institucionais. Embora se possa argumentar, em uma primeira leitura, que a inserção de atletas negras e negros com deficiência nas publicações oficiais (a exemplo das Figuras 3, 5, 8 e 9) represente um esforço de valorização e um combate ao racismo pela via da visibilidade, a análise crítica sob a ótica interseccional revela dinâmicas mais complexas. Conforme os pressupostos de Patricia Hill Collins (2016) e da teoria do racismo estrutural (Almeida, 2021), a simples exposição de corpos negros não configura, por si só, o desmantelamento das opressões. Quando essa visibilidade ocorre estritamente subordinada a narrativas meritocráticas e discursos generalistas de "superação", esvaziados do reconhecimento das barreiras raciais impostas a esses sujeitos, ela corre o risco de atuar como uma 'imagem de controle'. Assim, a comunicação institucional confere destaque figurativo às atletas, mas sob uma gramática *color blind* (cegueira de cor) que silencia suas identidades racializadas, assimilando-as a uma lógica que apazigua as tensões estruturais em vez de promover um debate ativamente antirracista.

É justamente neste sentido que o conceito de imagens de controle proposto pela socióloga estadunidense Patricia Hill Collins (2016) expõe a maneira como o racismo e o sexismo estabelecem e conservam estereótipos negativos, imagens de controle. A fabricação de imagens

faz parte de um conjunto de jogos de poder que se aproxima do que é ou não humano: um sistema de controle dos grupos dominados (Collins, 2016). Sendo assim, as atletas negras paralímpicas são entendidas como aquelas sem agência, sem direito à subjetivação e a falar de si (Hall, 1997, 2016; Kilomba, 2019). Diante de tais evidências cabe refletir sobre as formas de enfrentamento do racismo no Brasil.

3.3 Alianças Institucionais e o Enfrentamento Estratégico ao Racismo (2025-2026)

Um ponto importante é ter ciência das ações de enfrentamento ao racismo estrutural no contexto esportivo e institucional brasileiro tem passado por uma transição significativa, migrando de uma postura historicamente omissa para uma agenda de cooperação intersetorial. A partir de 2025, a articulação entre o Estado e a sociedade civil consolidou-se como o principal motor de políticas públicas voltadas à equidade. Um marco fundamental desse período foi a formalização do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Igualdade Racial. Essa aliança estratégica estabeleceu diretrizes para o monitoramento rigoroso de episódios discriminatórios e a formação especializada de quadros técnicos, visando assegurar que a gestão esportiva esteja capacitada para responder às demandas de uma sociedade multiracial (Brasil, 2024).

No âmbito do paradesporto, o CPB, pressionado por novas dinâmicas sociais e pela necessidade de uma governança mais inclusiva, intensificou em 2026 o diálogo com o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). Essa parceria busca atacar a interseccionalidade entre o racismo institucional e o capacitismo, utilizando a comunicação e a educação inclusiva como ferramentas de desconstrução de estigmas simbólicos. Ao alinhar as ações do CPB às diretrizes nacionais de direitos humanos, as instituições buscam garantir que a visibilidade dos atletas não seja reduzida a uma estratégia de marketing, mas sim convertida em uma plataforma efetiva de transformação social e reconhecimento de direitos (Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2026).

Complementando esse arranjo institucional, a implementação de mecanismos de controle e financiamento tem sido determinante para a sustentabilidade dessas políticas. As Auditorias de Equidade Racial, sob a chancela do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) entre 2024 e 2025, fomentaram a criação de canais de denúncia institucionalizados, essenciais para romper o silenciamento nas esferas pública e privada. Paralelamente, o Plano Plurianual (PPA 2023-2027) assegurou o aporte de recursos específicos para a juventude negra no esporte, sob a coordenação da Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SNPIR). Esse conjunto de alianças e dispositivos legais sinaliza um esforço coordenado para desmantelar as engrenagens do racismo institucionalizado, promovendo uma estrutura de justiça social no esporte brasileiro (Brasil, 2024; Comitê Brasileiro de Clubes, 2025).

Aprofundando a ótica da interseccionalidade, as alianças firmadas para 2025 também buscaram corrigir a invisibilidade da mulher negra no esporte. O Plano Juventude Negra Viva identificou que a insegurança nos equipamentos públicos e a falta de diversificação de modalidades atuam como barreiras específicas para jovens negras. Diante disso, a cooperação entre os ministérios passou a incluir protocolos de segurança urbana no entorno de áreas de lazer e fomento a modalidades que rompam com a hegemonia masculina do futebol, garantindo que o direito ao esporte contemple as especificidades de gênero e raça (Brasil, 2024).

Apesar da robustez dessas articulações, é imperativo problematizar as lacunas que persistem na interseção entre gênero, raça e deficiência. Embora documentos norteadores como o Plano Juventude Negra Viva reconheçam a necessidade de incluir 'pessoas com deficiência' na produção de saberes e práticas decoloniais, a mulher negra com deficiência ainda enfrenta uma invisibilidade sobreposta no cenário esportivo. Enquanto as políticas de equidade racial focam predominantemente na juventude negra periférica de forma generalista e as ações do CPB combatem o capacitismo, a especificidade da atleta ou aspirante negra com deficiência

corre o risco de ser diluída. A 'dupla vulnerabilidade' a que este grupo está exposto exige que as alianças firmadas avancem para além da soma de pautas, desenhando protocolos que garantam acessibilidade não apenas física, mas também representativa e territorial (Brasil, 2024).

4. CONCLUSÃO

A análise concentrou-se no perfil do Instagram do CPB, onde a representação das atletas negras paralímpicas foi examinada sob a lente do racismo institucional. Evidenciou-se que a omissão e a falta de uma abordagem sistêmica da entidade sobre as questões raciais atuam como mecanismos que perpetuam a desigualdade. Em vez de utilizar sua plataforma para promover uma inclusão plena, o CPB, por meio da linguagem visual e do silêncio, contribui para a invisibilidade e a estereotipação de atletas, reforçando a lógica do racismo que, no contexto brasileiro, é reconhecido como um fenômeno histórico e estrutural.

As conclusões apontam que as estratégias de comunicação e marketing esportivo, ao serem historicamente permeadas por valores e práticas discursivas hegemônicas, podem contribuir, de forma velada, para a manutenção de assimetrias. O racismo institucional se manifesta nesta análise não por ações excludentes diretas, mas pela omissão no debate sobre a racialidade das atletas em espaços de alta visibilidade. Este silêncio midiático fortalece lógicas estruturais que desconsideram as especificidades da mulher negra com deficiência. Em suma, o estudo não busca invalidar a inegável importância do CPB no fomento ao paradesporto, mas lança luz sobre a urgência de o campo esportivo transcender a visibilidade figurativa. Para que o sucesso esportivo e a consolidação do movimento paralímpico se traduzam em uma inclusão social plena e politicamente emancipatória, as plataformas de comunicação devem atuar como ferramentas de desconstrução ativa de estereótipos, garantindo o protagonismo integral dos corpos negros no paradesporto brasileiro.

A investigação utilizou o conceito de Imagens de Controle para demonstrar como o racismo e o sexismo impõem estereótipos que limitam as atletas negras a narrativas de "superação", negando-lhes agência e protagonismo político. Complementarmente, a Lógica do Curral iluminou como o racismo moderno opera um regime de controle e exclusão que, mesmo sem se manifestar em espaços físicos, impõe uma visibilidade restritiva e mantém a hierarquia do sistema esportivo em favor da branquitude.

Ademais, cabe reconhecer os limites do recorte metodológico adotado neste estudo. A pesquisa fundamentou-se na análise discursiva e visual das publicações em uma rede social (Instagram), o que oferece um panorama das representações simbólicas projetadas para o público externo, mas não abarca a totalidade das práticas administrativas internas, políticas de fomento ou intencionalidades gerenciais do CPB. Dessa forma, ao apontar que a comunicação da entidade contribui para a invisibilização ou para a reprodução de desigualdades sociais, a crítica não sugere que a instituição promova o racismo de forma ativa, deliberada ou dolosa. Pelo contrário, evidencia-se como o racismo institucional, por ser um fenômeno estrutural e naturalizado na sociedade brasileira, perpassa inconscientemente as práticas de comunicação e marketing de organizações de excelência. O silêncio midiático sobre a racialidade das atletas demonstra a permeabilidade dos discursos hegemônicos da branquitude que afetam a esfera esportiva como um todo.

O estudo lança luz sobre a urgência de o campo do paradesporto brasileiro confrontar ativamente o racismo. Sugere-se que futuras pesquisas e políticas públicas se concentrem em escutar a voz de atletas negras paralímpicas, promovendo narrativas de agência e resistência para desmantelar as imagens de controle. A superação do racismo institucional é indispensável para que o sucesso esportivo e a institucionalização do CPB se traduzam, de fato, em uma inclusão social equitativa e justa.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento ao Centro de Memória da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança da CEME- ESEFID (UFRGS), instituição que conta com o fomento do programa Finep/MCTI (Recuperação e Preservação de Acervos 2024), e aos pesquisadores e pesquisadoras do Observatório do Paradesporto e Esportes Surdos (OPES/UFRGS).

REFERÊNCIAS

Almeida, A. F., Jr. (2021). Parecer CFE n. 977/65, aprovado em 3 dez. 1965. *Revista Brasileira de Educação*, *30*, 162-173.

Almeida, S. (2023, 31 de janeiro). Racismo estrutural: o que é, causas e consequências. Confluentes. https://confluentes.org.br/2023/01/31/racismo-estrutural-o-que-e-causas-e-consequencias/

Almeida, S. L. de. (2019). *Racismo estrutural*. Sueli Carneiro; Pólen.

Bataglion, G. A., & Mazo, J. Z. (2019). Paralimpíadas Escolares (2006-2018): evidências em mídias digitais acerca do evento esportivo. *Recorde - Revista de História do Esporte*, *12*(1), 1-42. https://revistas.ufrj.br/index.php/Recorde/article/view/25670

Bataglion, G. A., Sanchotene, V. C., & Mazo, J. Z. (2025). Esporte paralímpico escolar: uma cultura esportiva em construção. *Revista Contexto & Educação*, *40*(122), e15721. https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoeducacao/article/view/15721

Bento da Silva, D. W. (2021). Estado, mídia e capital: a construção imagética do negro na sociedade de classes. *Revista Fim do Mundo*, *2*(4), 228-253.

Borghi, E. B. (2023). *Racismo e antirracismo online: uma análise de publicações antirracistas na rede social Instagram* (Tese de Doutorado). Universidade Estadual Paulista, Marília, SP.

Brasil. (2024). *Plano Juventude Negra Viva*. Banco Mundial: World Bank Documents & Reports. https://documents1.worldbank.org/curated/en/099031125103037423/pdf/P181402-a0c1ec80-38c6-45b3-aa5d-8759fb47d837.pdf

Brasil. Ministério da Igualdade Racial. (2023). *Informe MIR: monitoramento e avaliação n°2 - edição mulheres negras*. Autor.

Burke, P. (2004). *Testemunha ocular: história e imagem*. EDUSC.

Caixeta, I. (2022, 2 de agosto). Entenda a diferença entre racismo institucional e racismo estrutural. *Correio Braziliense*. https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/08/5026266-entenda-a-diferenca-entre-racismo-institucional-e-racismo-estrutural.html

Cardoso, L. (2011). O branco-objeto: o movimento negro situando a branquitude. *Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação*, *13*(1), 81-93.

Collins, P. H. (2016). Aprendendo com a outsider whithin: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, *31*(1), 99-127.

Comitê Brasileiro de Clubes. (2025, 27 de março). Racismo Não: nova iniciativa do Ministério do Esporte reforça combate à discriminação no ambiente esportivo. http://www.cbclubes.org.br/noticias/2025-03-28/racismo-nao-nova-iniciativa-do-ministerio-do-esporte-reforca-combate

Costa, L. P. (2025). *Para "ser": representações culturais de identidades de atletas negras no Instagram do Comitê Paralímpico Brasileiro (2012-2019)* (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS. http://hdl.handle.net/10183/291681

Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe*. Boitempo.

Executiva Nacional da Marcha Zumbi. (1996). *Por uma política nacional de combate ao racismo e à desigualdade racial: Marcha Zumbi contra o racismo, pela cidadania e a vida*. Cultura Gráfica e Editora.

Farias, L. G. S., Nepomuceno, L. B., Sanchez Neto, L., & Silva, E. V. M. (2020). A institucionalização do racismo contra negros(as) e as injúrias raciais no esporte profissional: o contexto internacional. *Movimento*, *26*, e26074. https://doi.org/10.22456/1982-8918.104354

Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa*. Artmed.

Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6a ed.). Atlas.

Hall, S. (1997). A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, *22*(2), 15-46.

Hall, S. (2016). *Cultura e representação*. Editora PUC Rio.

Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.

Maia, J., Pereira, E. L., & Mazo, J. Z. (2024). Hipismo paralímpico brasileiro: uma revisão narrativa. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, *25*(1), 1-18.

Marquioli, S. R., Santiago, I. F., Alves, L. F. S., Bicalho, L. M. A., Vieira, G. C., & Reis, F. L. C. (2025). "Preto... condenado": o uso de processos-crime no ensino de história. *Revista Thema*, *24*(2), 1-15.

Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. n-1 edições.

Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. (2026, 10 de fevereiro). MDHC e Comitê Paralímpico Brasileiro alinham parcerias para enfrentamento ao capacitismo. *Portal Gov.br*. https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2026/fevereiro/mdhc-e-comite-paralimpico-brasileiro-alinham-parcerias-para-enfrentamento-ao-capacitismo

Oliveira, R. V., & Mazo, J. Z. (2024). Inclusão de estudantes com deficiência nos Jogos Escolares do Rio Grande do Sul. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, *25*(1), 145-162.

Peres, M. A. C., Reis, A. M. S., & Nascimento, M. S. (2022). Marxismo e racismo estrutural na obra de Silvio de Almeida. *Germinal: Marxismo e Educação em Debate*, *14*(2), 168–189. https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.49317

Sanchotene, V. C., Bataglion, G. A., & Mazo, J. Z. (2020). A iniciação esportiva no esporte paralímpico: o caso do voleibol sentado. *Argumentos*, *17*(2), 255-273. https://www.periodicos.unimontes.br/index.php/argumentos/article/view/3049

Sanchotene, V. C., & Mazo, J. Z. (2024). Memórias de treinadoras no esporte paralímpico de alto rendimento no Brasil. *Revista da Associação Brasileira de Atividade Motora Adaptada*, *25*(2), 347-364.

Schucman, L. V. (2014). Sim, nós somos racistas: estudo psicossocial da branquitude paulista. *Psicologia & Sociedade*, *26*(1), 83-94.

Severo Rodrigues, A., & Araújo, M. P. (2021). O racismo institucional como violação dos direitos humanos: uma análise acerca das notícias e reportagens no Jornal Extra. *Revista Ciências Humanas*, *14*(1).

Silva, N. S., & Chagas, B. P. (2021). *O esporte no Brasil como espelho do racismo estrutural na sociedade* (Trabalho de Conclusão de Curso). Centro Universitário São José, Rio de Janeiro, RJ.

Silva, R. P., Dantas, M. M., & Mendes, B. G. (2022). Racismo: a quem interessa pensar que foi diferente no futebol? In *Anais do 17º Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social*.

Sodré, M. (2000). A identidade como valor. In M. Sodré, *Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil* (2a ed., pp. 233-257). Vozes.

Valerio, D. L., Araújo, P. F., & Almeida, M. A. B. (2024). A perspectiva teórica bourdieusiana na análise do comitê paralímpico brasileiro no interior do esporte paralímpico do Brasil. *Movimento*, *30*, e30003.

Vieira, G. C., Costa, L. P., & Mazo, J. Z. (2026). Mulheres negras e o esporte Paralímpico no Brasil: narrativas e representações no Instagram do Comitê Paralímpico (2014-2018). *Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar*, *12*(38).

Vieira, G. C., Pereira, E. L., & Mazo, J. Z. (2024). Memórias fotográficas das seleções brasileiras nos Jogos Olímpicos (1948-1996). *Materiales para la Historia del Deporte*, (27), 48–64. https://revistas.uam.es/mhd/article/view/5074

Werneck, J. (2013). *Racismo institucional, uma abordagem conceitual*. Geledés.